



WILDER DALA QUINJANGO
Superando desafios, inspirando mentes
com paixão e propósito



CEU INÁCIO MONTEIRO

Cuidando da segurança e do bem-estar da comunidade



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.60>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thais Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjangó (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 6, n. 60 (ago. 2025). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2025. 338 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI: <https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.60>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2025

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

José Wilton dos Santos

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaneuf

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

10 O QUE VEM AÍ? "DIREITO E SOCIEDADE"

Mirella Clerici

11 POIESIS

14 PLANO DE PROTEÇÃO E GUARDA

CEU INÁCIO MONTEIRO

46 RELATO DE CASO

INTERVENÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Daniela dos Santos Magalhães

12 DESTAQUE

WILDER DALA QUINJANGO

ARTIGOS

1. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - ANA MARIA DAINAUSKAS SOARES	52
2. POTENCIALIZANDO O ENSINO-APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA CRIATIVIDADE - ANGÉLICA RODRIGUES VALENTIN	60
3. GESTÃO ESTRATÉGICA E SEU IMPACTO ORGANIZACIONAL. ESTUDO DE CASO NA EDIÇÕES NOVEMBRO, EMPRESA PÚBLICA 2023 - ANGELINA DE FÁTIMA CHITUNDO ESTÉVÃO YOPILO	70
4. ENTRE SABORES E SABERES: A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA FORMAÇÃO INFANTIL - AUREA CARVALHO DE SOUZA	77
5. A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS EM ANGOLA - DANIEL PEDRO JOSÉ	82
6. ESTUDO DE CASO NA DIREÇÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE BELAS, ANGOLA - DOMINGOS ELIAS SACHICO	86
7. UMA ABORDAGEM PRELIMINAR NA EMPRESA SIABONGA COMERCIAL, LDA NO I SEMESTRES DE 2024 - DOMINGOS FERNANDO CASSUENDE LUCUNDE	93
8. O ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA - DORIVALDO DA GRAÇA GUEDES TAVARES / EDMILSON DOS PRAZERES DA SILVA	97
9. ESTUDO DE CASO EMPRESA ISABELINHA COMERCIAL 2023 A 2024 - EDSON MARIA SEBASTIÃO JORGE	106
10. A VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - ELISETE VICENTE DA SILVA OLIVEIRA	114
11. COMUNICAÇÃO INTERNA: FACTORES QUE INFLUENCIAM A COMUNICAÇÃO INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES - ESTEVÃO QUIXINA CASSULE	133
12. ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO: "CASO DA EMPRESA WILVIMAR COMERCIAL, LDA 2021-2022" - EUNICE MUANSA MUESHI	139
13. O MARKTING DE RELACIONAMENTO NAS ORGANIZAÇÕES COMO FACTOR DE QUALIDADE NO ATENDIMENTO - FELICIANA DA CRUZ VICENTE MANUEL	146
14. IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA NAS ORGANIZAÇÕES ESCASSO EMPRESA INTERSACHI, LDA-ANGOLA - FERNANDO SANJI	154
15. AVALIAÇÃO CRITERIAL EM ANGOLA: UMA ANÁLISE DAS FASES EXPERIMENTAIS DOS EXAMES NACIONAIS - FORTUNA NETO FIGUEIREDO VITANGUI	158
16. A AFETIVIDADE NAS RELAÇÕES EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - GIRLENE NASCIMENTO DA SILVA MANTOVANI	169
17. ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO ORAL DO PROFESSOR PARA FOMENTAR O PENSAMENTO CRÍTICO E A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL - INGRID DA SILVA CAVALCANTE DE PAULA	176
18. O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA: QUEBRANDO ROTINA DO ENSINO TEÓRICO - JOAQUIM PEREIRA BRAVO	182
19. OS DESAFIOS DO MARKETING DIGITAL NO CONTEXTO ONLINE: A SEGMENTAÇÃO DE MERCADO DAS MPMS EM MALANJE EM 2025 - JOSÉ CAMPOS KIFUBA	192
20. BIOFILIA DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR: COMO FAZER? - JULIANA DA SILVA OLIVEIRA	204
21. EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA: O QUE DIZEM AS ESCOLAS PÚBLICAS? - LUZINETE BISPO DOS SANTOS	213
22. IMPACTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO COMPLEXO ESCOLAR SANTO ANTÓNIO NO MUNICÍPIO DE MAQUELA DOZOMBO, PROVÍNCIA DO UÍGE - MANUEL ESTEVES MUTALO COA	222
23. ESTUDO COMPARATIVO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DA CADEIA DE VALOR DA REFRIANGO, LDA E DA COCA-COLA BOTTLING 2018-2020 - MANUEL LIGAS ANTÓNIO	229
24. ARTE E A MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO - MARCELO SANTOS DE MASCARENHAS	234
25. A LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SOBRE OLHARES DE GRANDES AUTORES - MARIA APARECIDA ARMANDILHA NUNES	241
26. APLICAÇÃO ESTRATÉGICA DO BALANCED SCORECARD NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS ANGOLANAS.CASO: BANCO DE POUPANÇA E CRÉDITO BPC (2020 - 2022) - MARIA MVÚ ANDRÉ DONDO	247
27. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR - MARIANGELA DE JESUS CHAGAS	251
28. ÉTICA SILENCIADA: FRAGILIDADES DA FISCALIZAÇÃO DISCIPLINAR NA OAB E PROPOSTAS DE REFORMA - MIRELLA CLERICI	258
29. ESTUDO SOBRE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO EM ANGOLA - NELITO ANTÓNIO	265
30. GERAÇÃO CONECTADA, INFÂNCIA EM RISCO: PERIGOS E CUIDADOS NA INTERNET SOB A PERSPECTIVA DE JONATHAN HAIDT - PATRÍCIA MENDES CAVALCANTE DE SOUZA	272
31. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:DESAFIOS E AVANÇOS NA INCLUSÃO - SILVIA HARUE YOGUI	280
32. FRACASSO ESCOLAR E DESIGUALDADES SOCIAIS: O QUE DIRIA PAULO FREIRE E DERMEVAL SAVIANI? - SOLANGE APARECIDA SILVA	287
33. DO CUIDAR AO EDUCAR: CONSTRUINDO AUTONOMIA E IDENTIDADE NA INFÂNCIA - SUELLEN VIDAL ARAÚJO DA SILVA	293
34. GRÊMIOS ESTUDANTIS: HISTÓRICO,LEGISLAÇÃO E FUNÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA - SYLAS IVAN RIZZO TUDECH	300
35. TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL: ARTICULAÇÕES ENTRE ESCOLA, COMUNIDADE E POLÍTICA PÚBLICA NA CIDADE DE SÃO PAULO - TÂNIA MARIA PEREIRA CASTRO	306
36. O PAPEL DAS PRÁTICAS SOCIAIS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE E AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - THAIS MARANHÃO PEREIRA RODRIGUES	312
37. A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO - VANESSA FERNANDES LEANDRO DE ASSUNÇÃO	322
38. EDUCAÇÃO FEMINISTA: MOVIMENTO SOCIAL ARTICULADO COM A EDUCAÇÃO - VIVIANE MARCIA SANTOS DE MASCARENHAS	328

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é mais do que uma revista, é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores: _____



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



DO CUIDAR AO EDUCAR: CONSTRUINDO AUTONOMIA E IDENTIDADE NA INFÂNCIA

SUELLEN VIDAL ARAÚJO DA SILVA¹

RESUMO: O presente artigo aborda a Educação Infantil a partir da articulação entre cuidar e educar, destacando que essas práticas são inseparáveis para o desenvolvimento integral da criança. Com base em documentos normativos, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), a Resolução nº 5/2009 (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), bem como em autores da área da Educação Infantil, o estudo discute o papel do cuidado e da brincadeira como instrumentos pedagógicos que promovem aprendizagem, socialização, autonomia, criatividade e valorização da diversidade. E ainda ressalta a evolução da concepção de infância, apresentando uma análise histórica e legal dos marcos que fundamentam a Educação Infantil. Discute-se também a centralidade da brincadeira e da interação como elementos essenciais para o desenvolvimento social, emocional, cognitivo e cultural. Os resultados indicam que a Educação Infantil, ao integrar práticas de cuidado e educação, constitui-se como espaço fundamental para a construção de autonomia, identidade, cidadania e desenvolvimento integral, assegurando que cada criança seja reconhecida como protagonista de sua própria história e de seu processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Brincadeira; Educação Infantil; Desenvolvimento Integral; Protagonismo Infantil.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil representa a primeira etapa da Educação Básica e desempenha papel fundamental no desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos físicos, emocionais, sociais, cognitivos e culturais. Nos últimos anos, a concepção de infância vem sendo transformada, reconhecendo a criança como sujeito de direitos, protagonista de sua aprendizagem e capaz de atuar de forma ativa na construção de conhecimentos. O cuidado, entendido como atenção às necessidades básicas, afetivas e sociais da criança, se

apresenta como dimensão inseparável da educação, que visa promover autonomia, socialização, segurança e desenvolvimento emocional.

A articulação entre cuidado e educação encontra respaldo em documentos normativos e orientações pedagógicas, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), a Resolução nº 5/2009 (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que estabelecem princípios e diretrizes para garantir direitos, brincadeira, interação e aprendizagem de forma integrada.

¹ Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Metropolitano de São Paulo, UNIMESP; Pós-graduação em Alfabetização pelo Instituto Vera Cruz; Pós-graduação em Abordagem Pikler pelo Instituto Phorte; Professora de Educação Infantil, PEI; Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a indissociabilidade entre cuidar e educar na Educação Infantil, abordando seu contexto histórico e legal, a importância da brincadeira e da interação, o papel do educador e as práticas pedagógicas que contribuem para o desenvolvimento integral da criança. A análise apresentada fundamenta-se em autores e documentos que destacam a centralidade da infância, a importância do protagonismo infantil e a necessidade de práticas pedagógicas reflexivas, inclusivas e sensíveis às singularidades de cada criança.

Dessa forma, espera-se evidenciar que a Educação Infantil, ao articular cuidado, brincadeira e educação, constitui-se como espaço essencial para a formação integral das crianças, promovendo autonomia, socialização, aprendizagem significativa e construção de identidade.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO HISTÓRICO E LEGAL

A Educação Infantil é reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica no Brasil, tendo conquistado esse status legal com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96. Até então, as instituições de atendimento às crianças pequenas eram vistas predominantemente como espaços de caráter assistencialista, voltados mais para o cuidado físico do que para a educação propriamente dita. Nesse sentido, “a concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade” (BRASIL, 1998, p. 17).

Com a Constituição Federal de 1988, estabeleceu-se o direito da criança à educação desde a primeira infância, e a responsabilidade do Estado em assegurar esse direito. Posteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) reafirmou o princípio da proteção integral, garantindo que crianças fossem vistas como sujeitos de direitos. Sobre esse marco histórico, Nascimento (2012) destaca

que:

“No Brasil, do ponto de vista da legislação, a Constituição de 1988 tornou-se um marco histórico para a elaboração de políticas para a infância ao determinar creche e pré-escola como direito da criança, dever do Estado e escolha da família (art.208). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, referenciou o direito à educação desde o nascimento e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei 9.394/96, incorporou a educação infantil ao sistema educacional brasileiro, como primeira etapa da educação básica [...]”. (NASCIMENTO, 2012, p. 61)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) avançaram nesse processo ao conceber a criança como sujeito histórico, social e cultural, que aprende e se desenvolve em interação com o outro e com o meio. Essa concepção dialoga com a afirmação de Schramm et al. (2011, p. 97), para quem “o conceito de infância, na atualidade, é associado à ideia de que a criança é sujeito social”. Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) consolidou a importância da Educação Infantil, organizando-a em campos de experiências, nos quais o cuidar e o educar não se desassociam e estruturados de forma a garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Além disso, a qualidade do atendimento em creches deve respeitar os direitos fundamentais das crianças, abrangendo aspectos como brincadeira, contato com a natureza, ambiente estimulador, desenvolvimento da identidade cultural, racial e religiosa, higiene, saúde, alimentação saudável, movimento em espaços amplos, afeto e bem-estar (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009, p.13). Nesse sentido, Rocha (1999) ressalta que:

“Portanto, enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas, através da aula; a creche e a pré-escola tem como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 a 6 anos de idade (ou até o momento em que entra na escola)”. (ROCHA, 1999, p.62)

A legislação e os documentos orientadores reforçam a ideia de que a Educação Infantil não se limita a atividades lúdicas ou recreativas, mas deve articular práticas pedagógicas que considerem o contexto familiar e comunitário da criança, promovendo sua autonomia, socialização e participação cidadã. Como destacam Craidy e Kaercher (2001), “A dicotomia, muitas vezes vividas entre cuidar e o educar deve começar a ser desmistificada. Todos os momentos podem ser pedagógicos e de cuidados no trabalho com crianças de 0 a 5 anos”, (CRAIDY e KAERCHER, 2001, p. 70).

Nesse cenário, é fundamental reconhecer que a função da Educação Infantil vai além do cuidado físico, englobando o desenvolvimento integral, a expressão da identidade e o exercício da cidadania desde a primeira infância. Como enfatizam Campos e Rosemberg (2009), “Embora muitos dos itens incluídos apliquem-se também a outras modalidades de atendimento, como a pré-escola, a qualidade da educação e do cuidado em creches constitui o objeto principal do documento”, (CAMPOS e ROSEMBERG, 2009, p.7).

Portanto, observa-se que a Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, articula legislações, documentos e práticas pedagógicas que garantem direitos, autonomia, socialização e desenvolvimento integral da criança, reconhecendo-a como sujeito ativo de seu processo educativo.

O CUIDAR E O EDUCAR COMO PRINCÍPIOS INDISSOCIÁVEIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O cuidado e a educação na Educação Infantil são práticas complementares que se integram no cotidiano da criança, promovendo seu desenvolvimento integral. Na prática, essa integração se manifesta em atividades que combinam atenção às necessidades físicas, afetivas e sociais com oportunidades de aprendizagem.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998):

“Educar significa propiciar situações de

cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.” (BRASIL, 1998, p. 23).

Por exemplo, durante o momento da alimentação, o educador pode incentivar que cada criança participe de forma ativa, servindo-se ou ajudando a organizar os alimentos. Nessa atividade, além de garantir o cuidado com a saúde e higiene, o educador promove autonomia, coordenação motora e responsabilidade, ao mesmo tempo em que trabalha conceitos de quantidade, cores e hábitos saudáveis.

Outro exemplo ocorre em atividades de jardinagem, onde as crianças regam plantas, observam o crescimento e registram mudanças em desenhos ou relatos. O ato de cuidar das plantas atende às necessidades de atenção e responsabilidade, enquanto a exploração, observação e registro das experiências favorecem o aprendizado científico, a linguagem e a expressão artística.

Atividades de rotina, como organizar materiais, preparar o espaço para brincadeiras ou higienizar as mãos, também podem ser oportunidades para integrar cuidado e educação. Ao realizar essas tarefas, as crianças desenvolvem hábitos de organização, respeito às regras coletivas e autonomia, enquanto aprendem conceitos sobre higiene, sustentabilidade e cooperação.

Da mesma forma, o cuidar envolve atenção às necessidades da criança, reconhecimento de sua singularidade e desenvolvimento de vínculos de confiança e afeto, essenciais para seu bem-estar emocional e social. Conforme aponta o RCNEI (1998):

“Cuidar da criança significa, sobretudo, dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e

respondendo às suas necessidades”. (BRASIL, 1998, p. 25).

Dessa forma, o educador atua de maneira intencional, transformando momentos cotidianos em experiências pedagógicas significativas. A integração entre cuidar e educar não é apenas um princípio teórico, mas uma prática que se manifesta em cada interação, atividade e rotina, promovendo o desenvolvimento integral, a construção da identidade e o protagonismo infantil.

A BRINCADEIRA E A INTERAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A brincadeira é uma ferramenta pedagógica central na Educação Infantil, pois permite que as crianças explorem o mundo, expressem emoções, construam identidade e desenvolvam autonomia. Mais do que lazer, brincar é uma oportunidade de aprendizagem significativa, na qual o educador atua como mediador, organizando contextos que incentivem a exploração, a criatividade e a interação social.

Conforme destaca o RCNEI (BRASIL, 1998):

“A brincadeira favorece a auto-estima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil.” (BRASIL, 1998, p.27).

De acordo com Kishimoto (2011), “a brincadeira é uma forma privilegiada de expressão da criança, que possibilita a aprendizagem de valores, normas sociais e conteúdos culturais, além de favorecer a construção da identidade e da autonomia.”, (KISHIMOTO, 2011, p. 25). Essa perspectiva reforça que brincar não deve ser visto como uma atividade secundária, mas sim como parte integrante do processo educativo.

Nesse mesmo sentido, a legislação educacional brasileira estabelece claramente a

centralidade da brincadeira e das interações na Educação Infantil. A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), dispõe em seu artigo 9º que:

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;

V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

XII - possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos. (BRASIL, 2009.)

Essa diretriz explicita que o brincar e as interações não são apenas metodologias possíveis, mas elementos centrais da prática pedagógica. Cabendo ao professor a responsabilidade de organização dos tempos, espaços e materialidades que propicie a ludicidade, assegurando que todas essas vivências previstas na nossas legislações seja garantida.

Exemplos de atividades práticas incluem dramatizações, como representar profissões, contos ou situações do cotidiano, que ajudam a criança a vivenciar diferentes papéis sociais, compreender sentimentos próprios e alheios e desenvolver empatia. Jogos de construção com blocos ou materiais recicláveis estimulam a criatividade, o planejamento, a cooperação e a tomada de decisões em grupo, promovendo autonomia e senso de responsabilidade. Brincadeiras de regras simples, como “passa anel” ou circuitos de obstáculos, permitem que as crianças aprendam a negociar, respeitar limites e colaborar com os colegas, desenvolvendo habilidades sociais e cognitivas.

A interação durante as brincadeiras favorece a construção da identidade, pois a criança tem oportunidades de expressar preferências, interesses e opiniões, reconhecendo suas singularidades e as diferenças dos outros. Além disso, atividades que envolvem música, dança, dramatização e jogos simbólicos contribuem para o desenvolvimento cultural, a autoestima e a comunicação, ao mesmo tempo que fortalecem vínculos afetivos e sociais.

O brincar também permite que a criança transforme os conhecimentos fragmentados que possui em conceitos mais amplos, integrando experiências provenientes da família, da escola e

da comunidade (BRASIL, 1998):

“Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira, a criança deve conhecer algumas de suas características. Seus conhecimentos provêm da imitação de alguém ou de algo conhecido, de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato de um colega ou de um adulto, de cenas assistidas na televisão, no cinema ou narradas em livros etc.” (BRASIL, 1998, p.27-28).

O papel do educador nesse contexto é planejar, observar, mediar e intervir quando necessário, criando um ambiente seguro e estimulante em que cada criança possa experimentar, aprender e interagir de forma ativa. Assim, brincar torna-se um espaço de aprendizagem integral, no qual autonomia, identidade e socialização se desenvolvem de forma integrada e significativa.

O PAPEL DO EDUCADOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O educador na Educação Infantil desempenha papel central na mediação das experiências das crianças, articulando cuidados, brincadeiras e aprendizagens de forma intencional. Seu trabalho vai além do cuidado físico, envolvendo observação, escuta ativa e planejamento de atividades que promovam desenvolvimento cognitivo, social, emocional e motor.

O trabalho realizado com as crianças na Educação Infantil requer do educador uma postura polivalente, na qual ele esteja capacitado para conciliar cuidados básicos, desenvolvimento afetivo e práticas pedagógicas estruturadas. As formações dos professores devem ser contínuas e ir além de meros conhecimentos técnicos, devendo incluir a reflexão sobre as suas práticas pedagógicas, observação e interação entre as crianças, famílias e comunidade. Assim como destaca Rivero (2001).

“Pensemos a formação inicial como espaço que introduza elementos para a

construção de uma postura profissional de valorização de práticas como a observação, a discussão e a reflexão sobre os movimentos das crianças, como instrumentos fundamentais da prática pedagógica em Educação Infantil.” (RIVERO ,2001, p.14)

O reconhecimento da educação infantil como área específica e complexa exige que os profissionais compreendam o caráter singular de seu trabalho. Wiggers (2002) enfatiza que:

“A educação infantil, como área específica, precisa ainda refletir, discutir, debater e produzir conhecimentos e práticas sobre como devem ser cuidadas e educadas crianças menores de 7 anos em creches e pré-escolas, compromisso de todos os que, direta ou indiretamente, se vinculam a esta modalidade educativa.” (WIGGERS ,2002, p.12)

Na prática, o educador cria situações que permitem às crianças explorar, experimentar e aprender de maneira significativa. Oficinas de pintura, jardinagem ou manipulação de materiais naturais estimulam os sentidos e introduzem conceitos básicos de ciência, enquanto jogos coletivos incentivam a cooperação, a negociação de regras e o desenvolvimento de habilidades sociais. Até mesmo atividades de rotina, como organizar materiais, alimentar-se ou participar da limpeza do espaço, tornam-se oportunidades de promover autonomia, responsabilidade e auto-organização.

A mediação do educador também se manifesta na atenção às diferenças individuais, na promoção da inclusão e na valorização da diversidade, garantindo que cada criança participe de forma ativa e respeitada. A reflexão constante sobre a prática pedagógica permite ajustar estratégias às necessidades e interesses das crianças, fortalecendo o protagonismo infantil e a aprendizagem significativa.

Na rotina do ambiente escolar, a prática do educador deve envolver afetividade, cuidado e mediação, conforme reitera Cunha e Carvalho (2002).

“A compreensão da tarefa da educadora de creche como uma responsável pelos cuidados básicos da criança – tarefa para a qual a afetividade é o maior atributo como: ‘ter jeito’, ‘ter amor às

crianças’, ‘gostar’ – tem contribuído para o pequeno investimento na formação docente destas profissionais.” (CUNHA e CARVALHO ,2002, p.4)

A reflexão docente também deve considerar o contexto social, político e cultural em que a criança está inserida. Pérez Gómez (1992) considera que a reflexão é algo pessoal, “A reflexão não é apenas um processo psicológico individual, passível de ser estudado a partir de esquemas formais, independentes do conteúdo, do contexto e das interações. A reflexão implica a imersão consciente do homem no mundo da sua experiência, um mundo carregado de conotações, valores, intercâmbios simbólicos, correspondências afetivas, interesses sociais e cenários políticos.” (Pérez Gómez ,1992, p.103).

Além disso, a formação contínua e o diálogo com colegas, famílias e comunidade escolar são essenciais para que o educador amplie suas habilidades, planeje experiências mais intencionais e contribua para ambientes educativos mais inclusivos, humanizados e ricos em estímulos que favoreçam o desenvolvimento integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que a Educação Infantil desempenha papel central na formação integral da criança, sendo o cuidado e a educação práticas inseparáveis e complementares. Ao articular essas dimensões de forma intencional, é possível promover aprendizagens significativas, autonomia, socialização, desenvolvimento emocional e cognitivo, bem como valorizar a diversidade presente nas salas de aula.

Os resultados apontam que a brincadeira, além de direito da criança, constitui-se em ferramenta pedagógica essencial para o desenvolvimento de competências múltiplas, permitindo a exploração do mundo, a construção de identidade e a vivência de experiências éticas, estéticas e culturais. Nesse sentido, é fundamental que os educadores planejem atividades que integrem cuidado, brincadeira e educação de forma intencional, observando as

singularidades de cada criança, enquanto gestores escolares devem promover formações contínuas e espaços de diálogo para que docentes compartilhem experiências, estratégias pedagógicas e reflexões sobre a prática. Além disso, políticas públicas devem assegurar condições adequadas de infraestrutura, recursos pedagógicos e apoio à formação docente, garantindo que o direito à Educação Infantil seja efetivamente cumprido.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de pesquisas futuras que explorem práticas inovadoras na Educação Infantil, considerando diferentes contextos socioeconômicos e culturais, de modo a contribuir para a construção de ambientes educativos mais inclusivos, humanizados e centrados nas crianças como sujeitos ativos de sua aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.
- BRASIL. CNE. CEB. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brinquedos e brincadeiras de creches: manual de orientação pedagógica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.
- CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gladis Elise P. da Silva. Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CUNHA, B. B. B. e CARVALHO, L. F. de. Cuidar de crianças em creches: os conflitos e os desafios de uma profissão em construção. Anais da 25ª Reunião Anual da ANPED: Caxambu, 2002
- DIAS, Elaine. A importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem na Educação infantil. Revista Educação e Linguagem – Artigos – ISSN 1984-3437. Vol. 7, n.º 1, 2013.
- KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- KRAMER, Sonia. Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.
- NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas. Revista Brasil Educação, v.17, n.49, 2012.
- PÉREZ GÓMEZ, Angel. O Pensamento Prático do Professor: A Formação do Professor como Profissional Reflexivo. In: NÓVOA, António (Org.). Os Professores e sua Formação. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1992.
- RIVERO, A. S. Da educação pré-escolar à educação infantil: um estudo das concepções presentes na formação de professores no curso de pedagogia. Anais da 24ª Reunião Anual da ANPED: Caxambu, 2001.
- ROCHA, E. A. C. A pesquisa em educação infantil na Brasil – Trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.
- SCHRAMM, Sandra Maria de Oliveira; MACEDO, Sheyla Maria Fontenele; COSTA, Expedito Wellington Chaves. Fundamentos da Educação Infantil. Secretaria de Educação a Distância (SEAD/UECE), 2011.
- SIGNORETTE, A. E. R. S. et al. Educação e cuidado: dimensões afetiva e biológica constituem o binômio de atendimento. Revista do Professor, Porto Alegre, n.72, 2002.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.
- WIGGERS, V. Educação infantil é ou não é escola no movimento de reorientação curricular de Florianópolis? Anais da 24ª Reunião Anual da ANPED: Caxambu, 2001.



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.60>



COORDENAÇÃO:
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Ana Maria Dainauskas Soares
Angélica Rodrigues Valentin
Angelina de Fátima Chitundo Estêvão Yopilo
Áurea Carvalho de Souza
Daniel Pedro José
Daniela dos Santos Magalhães
Domingos Elias Sachico
Domingos Fernando Cassuende Lucunde
Dorivaldo da Graça Guedes Tavares
e Edmilson dos Prazeres da Silva
Edson Maria Sebastião Jorge
Elisete Vicente da Silva Oliveira
Estevão Quixina Cassule
Eunice Muansa Mueshi
Feliciano da Cruz Vicente Manuel
Fernando Sanji
Fortuna Neto Figueiredo Vitangui
Girleene Nascimento da Silva Mantovani
Ingrid da Silva Cavalcante de Paula
Joaquim Pereira Bravo
José Campos Kifuba
Juliana da Silva Oliveira
Luzinete Bispo dos Santos
Manuel Esteves Mutalo Coa
Manuel Ligas António
Maria Aparecida Armandilha Nunes
Marcelo Santos de Mascarenhas
Maria Mvú André Dondo
Mariangela de Jesus Chagas
Mirella Clerici
Nelito António
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Sílvia Harue Yogui
Solange Aparecida Silva
Suellen Vidal Araújo da Silva
Sylas Ivan Rizzo Tudech
Tânia Maria Pereira Castro
Tháís Maranhão Pereira Rodrigues
Vanessa Fernandes Leandro de Assunção
Viviane Marcia Santos de Mascarenhas

Indexadores:



Parceiros:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

